

## Forum 1

### **DA MANUFATURA À FÁBRICA AUTOMÁTICA (\*)**

(\*) MARX, K. *Da Manufatura à Fábrica Automática*. In. GORZ, André. **Crítica da Divisão do Trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

Responda as questões e apresente seu trabalho no "fórum" da disciplina.

1. Segundo o autor, sobre que bases implanta-se a divisão do trabalho? Você concorda com elas? Que outros elementos poderiam ser levados em consideração?
2. Faça uma análise crítica do trabalho do artesão na manufatura e do trabalhador na fábrica.
3. Quais os pontos positivos e negativos da divisão do trabalho?
4. Faça uma análise da divisão do trabalho, sob a ótica do capitalismo.
5. Fourier vê as fábricas como presídios mitigados. Você concorda com ele? O que tem sido feito para mudar essa imagem das fábricas, ao longo dos anos?

#### **1. A MANUFATURA<sup>(a)</sup>**

(...) o mecanismo específico do período manufatureiro é o próprio trabalhador coletivo - que é a composição de muitos trabalhadores parciais. As diferentes operações, que o produtor de uma mercadoria executa alternativamente e que vão se incorporando no conjunto de seu processo de trabalho, dele exigem capacidades diversas. Ele precisa mostrar às vezes mais força, às vezes mais habilidade, às vezes mais atenção; ora, o mesmo indivíduo não possui todas essas qualidades em grau idêntico. Quando as diferentes operações são separadas, isoladas e tornadas independentes, os operários são distribuídos, classificados e agrupados segundo suas aptidões específicas. Se suas peculiaridades naturais são a base sobre a qual vem implantar-se a divisão do trabalho, desenvolve a manufatura, ao ser introduzida, forças de trabalho que, por sua natureza, só são capazes de certas funções restritas. O trabalhador coletivo possui assim todas as capacidades produtivas no mesmo grau de virtuosidade e emprega-as ao mesmo tempo, do modo mais econômico, pela aplicação de todos os seus órgãos - individualizados seja em cada um dos trabalhadores, seja em grupos

de trabalhadores - em funções bem específicas. Quanto mais incompleto e até imperfeito for o trabalhador parcial, mais será ele perfeito como parte do trabalhador coletivo<sup>(1)</sup>. O exercício de uma única função transforma-o em órgão infalível dessa função, ao mesmo tempo que a conexão do mecanismo total obriga-o a trabalhar com a regularidade de uma peça de máquina<sup>(2)</sup>. Como as diferentes funções do trabalhador coletivo são mais ou menos simples ou complexas, inferiores ou superiores, seus órgãos - as forças de trabalho individuais - exigem diferentes graus de desenvolvimentos, e possuem portanto valores diferentes. A manufatura desenvolve por isso uma hierarquia das forças de trabalho, à qual corresponde uma escala de salários. Se, de um lado, o trabalhador individual fica apropriado e anexado durante a vida toda a uma função específica, as diferentes operações dessa hierarquia são também apropriadas às capacidades naturais ou adquiridas<sup>(3)</sup>. Mas todo processo de produção exige certas manipulações simples que qualquer homem pode executar. Elas também ficam separadas de sua relação variável com os fatores mais importantes da atividade e tornam-se funções exclusivas. A manufatura, sempre que toma conta de um ofício, produz uma classe de trabalhadores considerados sem destreza, que os ofícios excluía impiedosamente. Depois de haver - às custas de toda a capacidade de trabalho - desenvolvido até a virtuosidade a especialidade limitada, a manufatura passa a fazer da absoluta falta de desenvolvimento uma especialidade. Ao lado da gradação hierárquica, temos então a divisão dos trabalhadores em hábeis e inábeis. Para estes últimos, as despesas de aprendizagem desaparecem; para os primeiros, elas diminuem - comparadas às dos artesãos - por causa da simplificação das funções<sup>(4)</sup>. Em ambos os casos o valor da força de trabalho diminui. Se há exceção, é no caso da decomposição dos processos de trabalho virem a produzir novas funções gerais, que não se encontravam - ou pelo menos no mesmo grau - nos simples ofícios. A depreciação relativa da força de trabalho, que resulta do desaparecimento ou da diminuição das despesas com aprendizagem, acarreta para o capital aumento imediato da mais-valia; pois tudo que reduz o tempo necessário à reprodução da força de trabalho amplia o domínio do sobretrabalho. (...)

Na manufatura como na cooperação simples, o corpo de trabalho que funciona é uma forma de existência do capital. O mecanismo social de produção, composto de numerosos indivíduos, os trabalhadores parciais, pertence ao capitalista. A força produtiva resultante da combinação dos trabalhos aparece como força produtiva do capital. A manufatura propria-

mente dita submete o trabalhador, outrora independente, às ordens e à disciplina do capital; mas, além disso, cria uma gradação hierárquica entre os próprios trabalhadores. Ao passo que a cooperação simples não traz grande mudança no modo de trabalho do indivíduo, a manufatura vai alterá-lo completamente e vai atingir a própria raiz da força de trabalho individual. Ela estrofia o trabalhador e faz dele uma espécie de monstro, favorecendo, como numa estufa, o desenvolvimento de habilidades parciais, suprimindo todo um mundo de instintos e capacidades. É assim que, nos Estados do Prata, mata-se um animal para tirar-lhe só a pele ou a gordura. Não só os trabalhos parciais são repartidos entre indivíduos diferentes: o próprio indivíduo é dividido, transformado em mecanismo automático de um trabalho parcial<sup>(5)</sup>, a tal ponto que se vê realizada a fábula absurda de *Menenius Agrippa* onde um homem é representado como um simples fragmento de seu próprio corpo<sup>(6)</sup>. Inicialmente, o trabalhador vende sua força de trabalho ao capital, porque lhe faltam os meios materiais necessários à produção de uma mercadoria; e, agora, sua força de trabalho individual recusa qualquer serviço se não estiver vendida ao capital. Ela só funciona num conjunto resultante da sua venda, na oficina do capitalista. Tornado incapaz, por sua condição natural, de fazer algo de independente, o trabalhador de manufatura não desenvolve mais atividade produtiva a não ser como acessório da oficina do capitalista. Assim como o povo eleito trazia inscrito na testa que pertencia a Jeová, a divisão do trabalho imprime no trabalhador de manufatura um cunho que o consagra como propriedade do capital.

Os conhecimentos, a inteligência e a vontade que o camponês ou o trabalhador independente desenvolvem, ainda que em modesta escala, assim como o selvagem põe em ação toda a arte da guerra sob a forma de astúcia pessoal, só são exigidos agora para o conjunto da oficina. Essas forças intelectuais da produção desenvolvem-se num único aspecto, porque desaparecem de quase todos os outros. Tudo o que os trabalhadores parciais perdem concentra-se no capital. A divisão manufatureira do trabalho opõe ao trabalhador as forças intelectuais do processo material de produção como uma propriedade exterior a ele, uma força que o domina. Esta cisão começa na cooperação simples em que o capitalista representa, perante cada trabalhador isolado, a unidade e a vontade do corpo de trabalho social; desenvolve-se na manufatura, que faz do trabalhador uma parcela de si mesmo; e completa-se na grande indústria, que faz da ciência uma força produtiva independente do trabalho e a coloca a serviço do capital<sup>(7)</sup>.

Na manufatura, o trabalhador coletivo e por conseguinte o capital só podem enriquecer-se em força produtiva social se o trabalhador se empobrece em forças produtivas individuais. "A ignorância é a mãe da indústria como da superstição. A reflexão e a imaginação são sujeitas a erro; mas o hábito de mexer o pé ou a mão não depende nem de uma nem de outra. Assim, pode-se dizer que, em relação às manufaturas, a perfeição consiste em não precisar da inteligência, de modo que a oficina possa ser considerada como uma máquina cujas partes seriam homens<sup>(8)</sup>." De fato, em meados do século XVIII, certas manufaturas preferiam empregar para operações simples, que constituíam segredos de fábrica, trabalhadores meio idiotas<sup>(9)</sup>

"A mente da maioria dos homens, diz A. Smith, desenvolve-se necessariamente de e por suas ocupações costumeiras. Um homem que passa toda a vida a executar algumas operações simples não tem oportunidade de usar a inteligência. Torna-se em geral tão estúpido e tão ignorante quanto possa tornar-se uma criatura humana." Depois de ter descrito o embrutecimento do trabalhador parcial, Smith continua: "A uniformidade de sua vida estacionária corrompe-lhe naturalmente também a coragem... Destrói-lhe até a energia do corpo e torna-o incapaz de usar sua força, com vigor e perseverança, a não ser na ocupação fragmentada à qual foi destinado. Parece, pois, que ele só adquire habilidade num ofício particular às custas de suas capacidades intelectuais, sociais e guerreiras. Mas em toda sociedade industrial e civilizada, a classe operária - isto é, a grande massa do povo - deve necessariamente chegar a esse estado<sup>(10)</sup>." Para impedir o definhamento completo da massa operária, resultante da divisão do trabalho, Smith recomenda a instrução popular obrigatória, mas em doses restritas, homeopáticas. G. Garnier, seu tradutor e comentador francês que, sob o primeiro Império, foi naturalmente senador, ataca com certa lógica essa concepção. A instrução popular, diz ele, é contrária à divisão do trabalho; se ela fosse introduzida "todo o nosso sistema social seria proscrito". "Como todas as outras divisões do trabalho, a que existe entre trabalho mecânico e trabalho intelectual<sup>(11)</sup> vai-se acentuando de modo mais nítido à medida que a sociedade caminha para um estágio mais opulento. (É a justo título que Garnier aplica esse termo de sociedade ao capital, à propriedade fundiária e ao estado que é o deles.) Esta divisão do trabalho, como todas as outras, é efeito dos progressos passados e causa dos progressos futuros... Deveria então o governo procurar contrariar essa divisão do trabalho, e atrasar-lhe a marcha natural? Deveria empregar uma parte da receita pública para tentar confundir e misturar duas classes de trabalho que tendem por si mesmas a se separar?"

Um certo definhamento intelectual e físico é inseparável até da divisão do trabalho na sociedade em geral. Mas, como o período manufatureiro leva bem mais longe esta cisão social entre espécies de trabalho e atinge, só por meio da divisão que lhe é própria, a raiz da vida do indivíduo, é esse período que, em primeiro, fornece a idéia e a matéria da patologia industrial <sup>(12)</sup>.

Subdividir um homem é executá-lo, se merece a pena de morte; é assassiná-lo se não a merece. A subdivisão do trabalho é o assassinato de um povo<sup>(13)</sup>.

A cooperação fundada sobre a divisão do trabalho, ou manufatura, é primitivamente algo de natural. Mas, desde que toma um pouco de consistência e de extensão, converte-se em forma consciente, metódica e sistemática do modo de produção capitalista. A história da manufatura propriamente dita mostra-nos que a divisão do trabalho que lhe é própria adquire primeiro experimentalmente - de certo modo sem o conhecimento dos interessados - sua forma conveniente mas que, depois, assim como acontece com os ofícios corporativos, procura ela manter essa forma pela tradição e consegue mantê-la às vezes durante séculos. Excetuando os acessórios, essa forma não muda nunca a não ser como consequência de uma revolução nos instrumentos de trabalho. A manufatura moderna - não me refiro à grande indústria que se baseia no emprego de máquinas - ou encontra já preparados nas grandes cidades onde surge, os membros esparsos de que fala o poeta e só tem que reuni-los (esse é o caso da manufatura de roupas) ou o princípio da divisão é de aplicação evidente, no sentido em que as diversas operações da produção profissional - da encadernação, por exemplo - são exclusivamente atribuídas a operários especialistas. Uma experiência de alguns dias permite, nesses casos, encontrar o número relativo de operários necessários a cada função<sup>(14)</sup>.

Através da análise da atividade profissional, da especificação dos instrumentos de trabalho, da formação, agrupamento e combinação dos trabalhadores parciais num mecanismo de conjunto, a divisão manufatureira do trabalho cria a articulação qualitativa e a proporcionalidade quantitativa do processo social de produção - por conseguinte, uma determinada organização do trabalho social - e desenvolve, ao mesmo tempo, uma nova força produtiva social do trabalho. Enquanto forma especificamente capitalista do processo social de produção - e nas bases em que foi, só podia tomar essa

forma capitalista - ela não passa de um método particular de produzir mais-valia relativa ou de aumentar, às custas do trabalhador, o rendimento do capital, a riqueza das nações ou riqueza social. Ela desenvolve a produtividade social do trabalhador não somente para o capitalista no lugar do trabalhador, mas ainda estropiando o trabalhador individual. Ela produz novas condições da dominação do capital sobre o trabalho. Por um lado, aparece como progresso histórico e fator necessário de desenvolvimento no processo de formação econômica da sociedade; mas, por outro, ela se revela como meio de exploração civilizada e refinada. (...)

## **2. A FÁBRICA<sup>(b)</sup>**

(...) todo trabalho com máquinas exige, do trabalhador, uma aprendizagem precoce, para que ele saiba adaptar seu próprio movimento ao movimento uniforme e contínuo do autômato. Enquanto o conjunto da maquinaria constituir por si só um sistema de máquinas diferentes, combinadas e funcionando ao mesmo tempo, a cooperação à qual ele serve de base exige que os diferentes grupos de trabalhadores sejam distribuídos pelas diversas máquinas. Mas já não há mais necessidade, como na manufatura, de dar forma definitiva a essa distribuição, condenando sempre os mesmos trabalhadores às mesmas funções<sup>(15)</sup>. Como o movimento de conjunto da fábrica parte não do operário, mas da máquina, o pessoal pode mudar constantemente sem que haja interrupção do processo de trabalho. Prova evidente disso é o sistema de turnos aplicado na Inglaterra durante a grande crise de 1848-1850. Enfim, a rapidez com a qual as crianças aprendem a trabalhar com as máquinas suprime a necessidade de formar especialmente classes de operários para esse trabalho<sup>(16)</sup>. Quanto aos serviços executados pelos trabalhadores manuais, podem ser feitos, parcialmente, por máquinas<sup>(17)</sup> ou então, visto sua extrema simplicidade, pode-se mudar continuamente e a qualquer momento o pessoal encarregado dessa tarefa enfa-donha.

Porém, ainda que do ponto de vista técnico a maquinaria tenha alterado substancialmente o antigo sistema da divisão do trabalho, este continua, por força do costume, a manter-se como dolorosa tradição da manufatura; o capital o reproduz e consolida, sob a forma mais repugnante, como meio de exploração da força de trabalho. Em vez de ficar especializado no uso de uma máquina parcial. Há um abuso de maquinaria para tornar o operário, desde pequeno, elemento de uma máquina parcial<sup>(18)</sup>. Assim

ficam bem diminuídas as despesas necessárias para a reprodução do operário; além de tudo, ele torna-se completamente dependente do conjunto da fábrica, isto é, do capitalista. Aqui, mais uma vez, é preciso distinguir o acréscimo de produtividade devido ao desenvolvimento do processo social de produção e o acréscimo proveniente da exploração capitalista.

Na manufatura e nos ofícios, o trabalhador serve-se do instrumento; na fábrica, ele serve a máquina. No primeiro caso, ele é quem move o meio de trabalho; no segundo, ele só tem que acompanhar o movimento. Na manufatura, os trabalhadores são membros de um mecanismo vivo; na fábrica, são apenas os complementos, vivos de um mecanismo morto que existe independente deles. "A deplorável rotina de um labor interminável, em que o mesmo processo mecânico se renova sem parar, é parecido com o trabalho de Sísifo; como o rochedo, o peso do trabalho volta sempre a cair sobre o operário esgotado<sup>(19)</sup>." Ao mesmo tempo em que o trabalhador mecânico cansa ao máximo o sistema nervoso, suprime o jogo variado dos músculos e impe de toda atividade livre física e intelectual<sup>(20)</sup>. Até a maior facilidade do trabalho torna-se instrumento de tortura, já que a máquina não dispensa o operário do trabalho, mas faz com que o trabalho perca o interesse. Toda produção capitalista, como geradora não só do valor, mas também da mais-valia, tem esta característica: em vez de dominar as condições de trabalho, o trabalhador é dominado por elas; mas essa inversão de papéis só se torna real e efetiva, do ponto de vista técnico, com o emprego das máquinas. O meio de trabalho tornado autômato ergue-se, durante o processo de trabalho, diante do operário sob a forma de capital, de trabalho morto, que domina e explora a força de trabalho viva. A separação entre forças intelectuais do processo de trabalho e trabalho manual, e a transformação delas em meios pelos quais o capital sujeita o trabalho, tornam-se efetivas, como já vimos acima, na grande indústria baseada no maquinismo. A habilidade particular, individual, do trabalhador assim despojado não passa de ínfimo acessório e desaparece diante da ciência, das enormes forças naturais e da massa de trabalho social que, incorporadas ao sistema mecânico, constituem o poder do "Mestre e Senhor". Esse mestre, cujo pensamento une indissoluvelmente a maquinaria e seu próprio monopólio, pode portanto, em caso de conflito, dizer-lhes em termos arrogantes: "Os operários de fábrica não devem esquecer que seu trabalho é de fato de espécie inferior; que nenhum outro se aprende com tanta facilidade nem é tão bem pago, levando-se em conta a baixa qualidade; que bastam algumas indicações para que lhe sejam incorporadas, num mínimo de tempo, multidões de

novas forças. Na produção, as máquinas do patrão desempenham um papel bem mais importante que o trabalho e a habilidade do operário - esta pode ser adquirida numa aprendizagem de seis meses, acessível ao mais simples lavrador”<sup>(21)</sup>.

A subordinação técnica do operário à marcha uniforme do meio de trabalho e a composição particular do corpo de trabalho, formado por indivíduos de idade e sexo diferentes, criam uma disciplina bem militar, que se torna o regime absoluto das fábricas e desenvolve, amplamente, o já mencionado trabalho dos supervisores e a distinção dos operários em trabalhadores e supervisores, em soldados e suboficiais da indústria. “A principal dificuldade, na fábrica automática, consistia nisto: era preciso, pelo estabelecimento de uma disciplina indispensável, fazer com que os operários perdessem os hábitos irregulares e chegassem a regularidade imutável do perfeito autômato. Mas, a elaboração e aplicação de tal código de disciplina, adequado às necessidades e à velocidade do sistema automático, era uma empreitada digna de Hércules. Foi Arkwright quem realizou essa nobre tarefa. Mesmo na época atual, em que o sistema chegou a seu pleno desenvolvimento, não se encontra, entre os trabalhadores<sup>(22)</sup> que passaram da puberdade, quem possa auxiliar, de forma útil, o sistema automático.” Esse código, no qual o capital - sem nele introduzir a divisão dos poderes, tão cara aos burgueses, nem o sistema representativo que lhe é ainda mais caro - formulou de modo autoritário e arbitrário seu poder absoluto sobre os trabalhadores, é apenas a caricatura capitalista da regulamentação social do processo de trabalho que se torna necessária desde que há cooperação numa vasta escala e que se empregam meios comuns de trabalho, principalmente máquinas. O código de punições do fiscal substituiu o chicote do antigo feitor de escravos. Todas as punições revertem-se em multas ou descontos no salário, e a sagacidade legislativa dos Licurgos da fábrica torna-lhes a violação de sua leis bem mais rentável do que a observação dessas mesmas leis<sup>(23)</sup>.

Estamos apenas indicando as condições materiais em que se realiza o trabalho na fábrica. Todos os órgãos dos sentidos são perturbados ao mesmo tempo pela elevação artificial da temperatura, pelo ar saturado com detritos de matéria-prima, pelo barulho ensurdecador, etc., sem falar do risco de morte decorrente das máquinas demasiado juntas umas das outras que, com a regularidade das estações, publicam os boletins de perdas nas batalhas industriais<sup>(24)</sup>. A economia dos meios sociais de produção,



amadurecida como numa estufa quente no sistema de fábrica, torna-se entre as mãos do capital um roubo sistemático praticado contra as condições vitais do operário durante o trabalho - roubo de espaço, de ar, de luz e de meios de proteção pessoal contra as condições perigosas ou insalubres nas quais trabalha<sup>(25)</sup> - para mencionar apenas os aspectos referentes à comodidade do operário. Estaria Fourier errado portanto, ao chamar as fábricas de presídios mitigados<sup>(26)</sup>?

## NOTAS

(a) Estes trechos foram extraídos de *O Capital*, livro primeiro, IV parte, cap. XII, (trata-se da última alínea): "O caráter capitalista da manufatura". Foi traduzido do texto francês de J. Molitor (edição de Costes, Paris, 1927).

(1) Por exemplo, desenvolvimento exagerado de certos músculos, deformação de certos ossos, etc.

(2) Quando o comissário encarregado de um inquérito lhe perguntou como mantinha a atividade entre seus jovens operários, o Sr Marshall, diretor-geral de uma fábrica de vidro, respondeu acertadamente: "Eles nem podem pensar em dar menos atenção ao trabalho; depois que começam, não podem mais parar; ficam como se fossem peças de máquinas. (*Child. Empl. Com. Fourth Report*, 1865, p.147.)

(3) O Dr. Ure, em sua apoteose da grande indústria, descobre caracteres próprios da manufatura com mais nitidez do que os antigos economistas, que não estavam tão interessados nessa polêmica, e mais até do que seus contemporâneos, Balbage, por exemplo, que lhe é superior como conhecedor de matemática e de mecânica, mas que praticamente só considera a grande indústria do ponto de vista manufatureiro. Diz Ure: "O ajustamento dos operários a cada operação particular constitui a essência da divisão do trabalho". Mais adiante, ele define essa distribuição do trabalho: a adaptação dos trabalhos às diferentes capacidades individuais e, enfim, caracteriza todo o sistema manufatureiro como "um sistema de gradações segundo o grau de habilidade". (Ure, *The Philosophy of manufactures*, t. I, pp. 28-35)

(4) "Um operário, ao aperfeiçoar-se pela prática num único e mesmo ponto torna-se... mais barato." (Ure, *The Philosophy of Manufactures*, p. 28.)

(5) Para Douglass Stewart os operários da manufatura são autômatos vivos... empregados nos pormenores de uma obra. (*Lectures on pol. ec.*, p. 318, Edinburgh, 1855.)

(6) Nos corais, cada indivíduo forma de fato o estômago do grupo inteiro. Mas ele lhe traz alimento em vez de tirar-lhe esse alimento, como fazia o patrício romano.

(7) O cientista e o operário produtivo estão completamente separados; e a ciência, ao invés de aumentar, entre as mãos do operário, e as forças produtivas deste último e de fazer com que delas tire proveito, está, por quase toda parte dirigida contra ele. O saber torna-se instrumento que se pode separar do trabalho e até ser-lhe oposto. (W. Thompson, *Na Inquiry into the Principles of the Distribution of Wealth*, Londres, 1824, p. 274)

(8) A. Ferguson, *An Essay on the History of Civil Society*, Edinburgh, 1767, t. II, pp. 134-135.

(9) J. D. Tuckett, *A History of the Past and Present State of the Labouring Population*, Londres, 1846, t. I, p. 149.

(10) A. Smith, *A Riqueza das Nações*, livro V, cap. 1, art. 2. Como discípulo de Ferguson, que havia exposto as conseqüências funestas da divisão do trabalho, A. Smith sabia do que se tratava. No início de sua obra, onde celebra *ex professo* a divisão do trabalho, ele a indica, rapidamente, como origem das desigualdades sociais. Só no 5º livro, onde se trata da receita do Estado, é que ele cita Ferguson. Em *Miséria da Filosofia* já discuti bastante a relação histórica entre Ferguson, A. Smith, Lementey e Say em sua crítica da divisão do trabalho. Foi também aí que, pela primeira vez, mostrei que a divisão manufatureira do trabalho é a forma específica do modo de produção capitalista.

(11) Ferguson chega a dizer: "A arte de pensar, num período em que tudo está separado, pode formar em si mesma um ofício à parte".

(12) Foi em 1713 que Ramazzini, professor de medicina em Pádua, publicou a obra *De morbis artificum*, traduzida em francês em 1781, reimpressa em 1841 na "Encyclopédie des sciences médicales, 7º div. Auteurs classiques". É evidente que o período da grande indústria aumentou consideravelmente esse catálogo das doenças do operário. Ver entre outros: *Hygiène physique et Morale de Potivrier dans les grandes villes en général et dans la ville de Lyon en particulier*, pelo Dr. A. L. Fonterel, Paris, 1858 e: *Die Krankheiten, welche verschiedenen Ständen, Aeltern und Geschlechtern eigentümlich sind. 6 Bände*, Ulm, 1860. Em 1854, a *Society of Arts* nomeou uma comissão de inquérito sobre a patologia industrial. A lista dos documentos reunidos por essa comissão encontra-se no catálogo do "Twickenharn Economie Museum". Os *Reports on Public Health* (relatórios oficiais sobre Saúde Pública) são importantes. Ver também: E. Reich, *Ueber die Entartung der Menschen*. Erlangen, 1868.

(13) D. Urquhart, *Familiar Works*, Londres, 1855, p. 119. Sobre a divisão do trabalho, Hegel tinha opiniões muito heréticas. "Por 'homens cultos', diz ele na sua *Filosofia do Direito*, deve-se entender em primeiro lugar os que sabem fazer tudo o que os outros fazem."

(14) A credulidade na capacidade inventiva que cada capitalista demonstra *a priori*, na divisão do trabalho, só se encontra em certos professores alemães, como Roscher. Para agradecer ao capitalista por ter feito jorrar, de sua cabeça olímpica, a perfeita divisão do trabalho, Roscher concede-lhe “vários salários de trabalho”. A maior ou menor aplicação da divisão do trabalho depende do tamanho da bolsa e não do talento.

(b) Estes trechos foram extraídos de *O Capital*, livro primeiro, IV parte, cap. XIII, § IV: “A fábrica”, Ed. Costes, Paris, 1927.

(15) Ure admite isso. Diz que, se necessário, o diretor pode passar, à vontade, o operário de uma para outra máquina, e afirma em tom triunfal: “Essa mudança está em evidente contradição com a velha rotina que divide o trabalho e faz com que um fabrique a cabeça e, o outro, a ponta de um alfinete”. Ele deveria ter perguntado por que, na fábrica automática, só se abandona essa velha rotina em caso de necessidade.

(16) Em caso de necessidade, como aconteceu durante a guerra de Secessão, o burguês não hesita em empregar, a título excepcional, o operário de fábrica nos trabalhos mais grosseiros, como construção de estradas, etc. Entre as oficinas nacionais inglesas de 1862, reservadas aos desempregados da indústria algodoeira, e as oficinas nacionais francesas de 1848, havia uma grande diferença: nestas, o trabalhador executava, a expensas do Estado, trabalhos improdutivos, ao passo que, naquelas, executava, em proveito do burguês, trabalhos municipais produtivos, e até a melhor preço do que o trabalhador comum, com o qual o faziam assim entrar em concorrência. “A aparência física dos operários dos cotonifícios melhorou evidentemente. A causa, pelo menos para os homens... é que eles estão ao ar livre, nos trabalhos públicos.” (Trata-se dos operários da fábrica de Preston, que foram usados no saneamento dos pântanos da cidade.) (*Reports of the Inspector of Factories for Oct. 1865*, p. 59.)

(17) Exemplo: Os diferentes aparelhos mecânicos que foram introduzidos, desde a lei de 1844, nos lanifícios para substituir o trabalho das crianças. Se os filhos dos senhores fabricantes também forem obrigados a freqüentar a “escola” de ajudantes de fábrica, esse domínio quase inexplorado da mecânica tomará notável impulso. Os teares automáticos são máquinas perigosas. A maioria dos acidentes atingem as crianças porque elas, com as máquinas em movimento, passam por baixo para limpar o chão. Os inspetores moveram processos judiciais contra certos fiscais e condenaram-nos por infrações desse tipo, mas sem conseguir mudança efetiva. Se os construtores inventassem uma vassoura automática que evitasse essa tarefa perigosa às crianças, estariam contribuindo de modo significativo para as medidas de proteção (*Reports etc. for 31st Oct. 1866*, p. 63).

(18) Isso permite julgar a assombrosa idéia de Proudhon que considera a máquina não como síntese dos meios de trabalho, mas como síntese, em benefício dos próprios operários, de tarefas parciais.

(19) F. Engels, *Situação das classes trabalhadoras na Inglaterra*, p. 217.

- Até o Sr. Molinari, um livre-cambista bastante otimista, escreveu: "É maior o desgaste de um homem que fiscaliza, quinze horas por dia, a evolução uniforme de um mecanismo do que o de quem, no mesmo espaço de tempo, usa a força física. Esse trabalho de fiscalização que, se não fosse longe demais talvez pudesse servir de exercício para a inteligência, destrói, com a continuação e pelo excesso, tanto a inteligência como o próprio corpo". (G. de Molinari, *Etudes économiques*, Paris, 1846).

(20) F. Engeis, loc. cit., p. 216.

(21) The Master Spinner's and Manufacturer's Defence Fund. *Report of e Committee, Manchester*, 1854, p. 17. Percebe-se mais tarde que o "Mestre e Senhor" vai mudar de cantiga quando se sentir ameaçado de perder seus autômatos vivos.

(22) Ure, *The Philosophy of Manufacturers*, pp. 22-23. Quem conhecer bem a vida de Arkwright não conseguirá atribuir o termo "nobre" a esse astucioso barbeiro. De todos os grandes inventores do século XVIII, foi sem dúvida o mais descarado e o que mais conseguiu roubar as invenções alheias.

(23) "A escravidão a que a burguesia reduziu o proletariado manifesta-se com a máxima clareza no sistema de fábricas. Nele acaba toda a liberdade - de direito e de fato. É preciso que o operário esteja na fábrica às 6 horas da manhã; se chegar alguns minutos atrasado, será descontado; se o atraso for de dez minutos, recusam-lhe a entrada até a hora do almoço e ele perde um quarto do salário. É obrigado a comer, a beber, a dormir de acordo com as ordens. O sino despótico vai forçá-lo a deixar a cama, o almoço, o jantar. E na fábrica? Nela o fabricante é o legislador absoluto. Dita regulamentos a seu bel-prazer; aumenta ou modifica, à vontade, seu código. Mesmo que ele aí inclua os maiores absurdos, os tribunais dirão ao operário: Você aceitou esse contrato livremente; tem portanto que se submeter a ele. E os operários são condenados a viver dos nove anos até a morte, sob a palmatória, tanto física quanto intelectualmente." (F. Engels, L c., p. 216 e seguintes.) Através de dois exemplos vou mostrar o que dizem os tribunais. O primeiro caso passa-se em Sheffield, em fins de 1866. Um operário havia-se empregado por dois anos numa usina metalúrgica. Por causa de um desentendimento com o patrão, deixou a fábrica dizendo que de modo algum voltaria para esse fabricante. Acusado de ruptura de contrato, foi condenado a dois meses de prisão. (Se o fabricante rompesse o contrato, só poderia ser citado diante de tribunais civis e o máximo que poderia levar era uma multa.) Quando a pena terminou, o operário foi convidado pelo patrão a voltar ao seu posto na fábrica, em cumprimento do contrato. Recusa do operário, que invocou o fato de já haver pago pela ruptura do contrato. Nova queixa do patrão, nova condenação do tribunal, embora um dos juízes, o Sr. Shee, tenha publicamente estigmatizado essa monstruosidade jurídica, segundo a qual um homem, para o resto da vida, poderia ser periodicamente punido pelo mesmo delito. Julgamento que foi proferido não pelos "Great Unpaid" da província ou do campo, mas em Londres, por uma das mais altas Cortes de

Justiça. O segundo caso passa-se em Wilshire, em fim de novembro de 1863. Cerca de 30 tecelãs, trabalhando no tear a vapor na fábrica de um certo Harrupp, fabricante têxtil em Leower's Mill, Westbury Leigh, entraram em greve porque esse Sr. Harrupp fazia a graça de descontar os salários de acordo com cada atraso da manhã: 6 pence por 2 minutos, 1 xelin por 3 minutos, 1 xelim 9 pence por 10 minutos. Isso daria, a 9 xelins por hora, 4 libras esterlinas e 10 xelins por dia, enquanto o salário mínimo delas nunca ultrapassou os 12 xelins por semana. Harrupp também tinha incumbido uma criança de tocar a hora da entrada. Às vezes ele próprio tocava antes das 6 horas da manhã. Se os operários não estivessem lá quando a campainha parava, fechavam-se as portas e os retardatários eram multados. E como a fábrica não tinha relógio, os operários dependiam do garoto comandado por Harrupp. As operárias grevistas, moças e mães de família, declararam que voltariam ao trabalho quando o guarda fosse substituído por um relógio e a tabela de penalidades fosse convenientemente modificada. Harrupp citou 19 operárias em juízo, por ruptura de contrato. Em meio aos protestos públicos, cada uma foi condenada a 6 pence de multa e a 2 xelins e 6 pence de despesas. Harrupp voltou para casa sob as vaias da multidão. Uma das práticas preferidas dos patrões consiste em fazer descontos no salário dos operários, para puni-los dos defeitos apresentados pelo material que lhes foi entregue. Esse costume provocou em 1866 uma greve geral nas cerâmicas inglesas. Os relatórios da "Ch. Empl. Com." (1863/4 86 6) citam casos em que o operário, em vez de receber o salário correspondente ao seu trabalho acabou ficando - graças ao sistema de multas - devedor do seu nobre patrão. A última crise do algodão serve também para mostrar a astúcia dos patrões autocratas quando decidem fazer descontos no salário. "Há tempos, dizia o Inspetor R. Baker, fui forçado a abrir um processo judicial contra um fabricante de algodão pelo seguinte: no momento da crise, ele forçou alguns jovens operários, com mais de 13 anos de idade, a pagar-lhe 10 pence em troca do atestado médico que certificava a idade, ao passo que ele mesmo só havia pago 6 pence, que a lei só permite um desconto de 3 pence e que o costume é de não descontar nada... Um outro fabricante, a fim de chegar ao mesmo resultado sem ter problemas com a lei, cobra de cada uma dessas pobres crianças que trabalham para ele a soma de 1 xelim como pagamento da aprendizagem da arte e do segredo da fabricação, assim que o atestado médico os declara em idade de executar essa operação (a fiação). Há portanto correntes ocultas que se devem conhecer para compreender fenômenos tão extraordinários como as greves atuais (trata-se de uma greve dos tecelões de Darwen em junho de 1863)." Rep. etc. for 30 April 1863. (Esses relatórios sempre se estendem além da data.)

(24) As leis relativas à proteção contra máquinas perigosas tiveram resultados benéficos. "Mas... há atualmente novas fontes de acidentes, inexistentes há 20 anos, sobretudo a maior velocidade das máquinas. Rodas, cilindros, fusos e teares são acionados por uma força sempre maior; é preciso que os dedos puxem o fio com mais rapidez e segurança - a mínima hesitação, a mínima imprudência lhes é perigosa. Um grande número de acidentes é provocado pelo empenho que os operários têm em realizar depressa sua tarefa. É sabido que os patrões têm interesse em fazer as máquinas funcionarem sem interrupção, isto é, produzirem fios e tecidos. Uma simples parada de um minuto é perda de força e de produção. É por

isso que supervisores, ganhando por quantidade produzida, são encarregados de levar os operários a fazerem funcionar as máquinas sem parar. E isso também é muito importante para os operários que trabalham por peso ou por peça. Apesar de ser proibido, na maioria das fábricas, limpar as máquinas enquanto estão em movimento, esse é o costume. Só esse motivo produziu nos últimos 6 meses 906 acidentes... Apesar de haver limpeza diariamente, é no sábado de tarde que se costuma fazer uma limpeza a fundo nas máquinas que não são paradas para isso. . . Esse trabalho não é pago; por isso os operários procuram fazê-lo o mais depressa possível. E o número de acidentes é bem maior na sexta-feira e no sábado do que nos outros dias da semana. Na sexta-feira o excedente é de cerca de 12%, no sábado, de 25%. Mas se considerarmos que no sábado a jornada de trabalho é de apenas 7 horas e meia em vez de 10 horas e meia, o excedente sobe a mais de 65%." (Rep. etc. 315<sup>th</sup> Oct. 1866, pp. 9, 15, 16, 17.)

(25) No capítulo I do livro III, falarei de uma campanha bem recente dos fabricantes ingleses contra os artigos através dos quais a lei sobre as fábricas tenta proteger os membros dos operários contra as máquinas perigosas.

Eis apenas um trecho de um relatório oficial do inspetor L. Horner: "Certos fabricantes me falaram com leviandade imperdoável de certos acidentes - como a perda de um dedo - que consideram uma bagatela. A vida e o futuro de um operário dependem tanto de seus dedos que uma tal perda constitui para ele acontecimento de muita importância. Quando ouço essas palavras absurdas, pergunto: Suponha que você precise de um operário suplementar e que apareçam dois, de igual capacidade, mas um deles sem o polegar ou sem o indicador; qual você escolheria? Sem um momento de hesitação, escolhem o que tem todos os dedos... Os senhores fabricantes têm falsos preconceitos contra o que chamam de legislação pseudofilantrópica". (Reports etc. for 31<sup>st</sup> Oct. 1855.) São senhores argutos: não é à-toa que apoiaram a revolta dos escravocratas.

(26) Nas fábricas onde foi implantada há mais tempo a lei sobre as fábricas, a limitação obrigatória do tempo de trabalho, bem como as outras regulamentações, muitos abusos desaparecem. Atingido um certo ponto, o próprio aperfeiçoamento da maquinaria exige melhores construções na fábrica, que redundam em benefício dos operários. (Reports etc. for 31<sup>st</sup> Oct. 1863, p. 109)